

CLIPPING IMPRESSO

01/06/2019

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1 - 2
1.2. INSTITUCIONAL.....	3
1.3. JUÍZES.....	4 - 7
1.4. VARA CRIMINAL.....	8
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	9
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. DECISÕES.....	10
3.2. JUÍZES.....	11
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	12
4.2. CNJ.....	13
4.3. JUÍZES.....	14
4.4. SERVIDOR PÚBLICO.....	15
4.5. VARA CRIMINAL.....	16 - 18



NOTÍCIAS

Informativo Semanal Ceuma | ano 18 | nº 907 | 216ª edição | Sab - Dom, 01 e 02 de junho de 2019 | Diagramação - Junior Carvalho | Texto: ASCOM

VII Simpósio de Direito recebe o ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Nefi Cordeiro

Ocorreu no dia 27 de maio, a abertura do VII Simpósio de Direito e da V Mostra de Direitos Humanos, Cidadania e Sustentabilidade, no Espaço Renascença, realizados pela Universidade Ceuma. O Simpósio apresentou temas como Segurança Pública e Direitos Humanos, ao considerar as políticas de enfrentamento à violência. A principal atração do encontro foi o ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Nefi Cordeiro, que abordou a temática: Negócios Jurídicos; este foi precedido pelo presidente de mesa, o desembargador José R. Froz Sobrinho.

A abertura do evento foi realizada pelo reitor da Instituição, prof. Me. Saulo Martins, que asseverou: "Estamos aqui em um serviço educacional, que considero como um serviço da sociedade

muito maior do que, simplesmente, realizar a formação de um indivíduo. Espero que todos possam participar das discussões e interagir com as pessoas para que esse Simpósio cresça e se desenvolva cada vez mais", disse o reitor.

No final da primeira parte do encontro, o ministro Nefi Cordeiro recebeu, das mãos do coordenador de Direito da Instituição, uma placa e um certificado por ter proferido a palestra de abertura do VII Simpósio Jurídico da Universidade Ceuma.

Além do ministro, o Simpósio contou com as palestras do secretário de Segurança do Maranhão, Jeferson Portela; e do professor pesquisador da Universidade Ceuma, Dr. Cláudio Guimarães; além, na conferência de encerramento, do conferencista Dr. Fábio Medina Osório.



O coordenador do curso de Direito, Silvio Mesquita; o reitor da Universidade Ceuma, Saulo Martins; o Ministro do Supremo do Tribunal de Justiça (STJ), Nefi Cordeiro; e o Desembargador José Ribamar Froz Sobrinho.

E MAIS

- O deputado Adriano Sarney (PV) protocolou na Assembleia Legislativa requerimento sobre o aumento salarial dos servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão.
- O parlamentar solicita que a tramitação da proposta, de autoria do TJ e que reajusta os vencimentos dos servidores do judiciário em 2,94%, ocorra em regime de urgência na AL.
- O requerimento deverá ser lido durante sessão plenária da Casa na próxima segunda-feira, 3, e votado no dia seguinte, caso haja quórum para deliberação.

TAPETE VERMELHO

Evandro Junior



evandrojr@mirante.com.br

Palestra do juiz Alexandre Abreu

Permanecer atento às novas formas de atuação de cada profissional é uma preocupação da Faculdade Estácio São Luís. Na semana de capacitação de seu Núcleo de Práticas Jurídicas, o titular da 15ª Vara Cível da Comarca da capital, juiz Alexandre Lopes Abreu, palestrou sobre a nova atuação do profissional do Direito e destacou as formas alternativas de solução de conflito.

Crime e castigo

SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO

Noutro dia, escutei o atual ministro da Justiça, Sérgio Moro, verbalizar algo que sempre me passou pela cabeça. Disse o ministro: “Ouço muito que prender custa caro. Que o preso custa muito para o Estado. É verdade, mas quanto custa um criminoso perigoso solto? A solução para o crime não pode ser abrir as portas da prisão em um sistema já leniente. O raciocínio não fecha”.

Talvez, alguns, ao ler o parágrafo acima, gritem: “Investe em educação”. Sempre concordei com isso, que a educação de qualidade podia melhorar esse quadro. Contudo, o aumento recente da criminalidade no Uruguai me fez questionar se a educação sozinha é capaz de promover essa mudança.

Houve um aumento expressivo da criminalidade daquele país, a despeito de que, no ranking internacional de educação, o Uruguai não tem se saído tão mal quando comparado ao Brasil. Tem ficado em segundo lugar, entre os países da América do Sul, só perdendo para o Chile.

A primeira coisa que pensei quando vi esses dados foi que a culpa podia ser atribuída à liberação da maconha. Porém, os estudos demonstram ser prematuro afirmar isso.

Outra possibilidade: desigualdade social. Também não. A pobreza só tem caído no Uruguai: de 21% para 8%, a massa de pobres.

Pois bem, as autoridades uruguaias indicam que a culpa é da mudança legislativa, acontecida em 2017, que tornou o Código de Processo Penal mais “compreensivo” com o crime e, portanto, mais leniente na punição.

Três são as mudanças apontadas, que justi-

Raskonnikov mata duas pessoas, e por se achar um “homem extraordinário” via-os como crimes justificáveis

ficariam o cenário atual: redução do uso da prisão preventiva; o “processo abreviado”, resolvido por negociação entre promotores e advogados de defesa; e a adoção de penas alternativas, com o propósito precípua de impedir a superlotação nas cadeias.

Hoje, por tudo isso, já se fala no Uruguai em

voltar atrás nas mudanças legislativas.

Interessante notar que esse cenário de maior “compreensão” legislativa é justamente o que vivemos no Brasil: dificilmente o criminoso tem sua prisão preventiva decretada e existe uma preocupação acentuada com a superlotação dos presídios, sem levar em conta os índices alarmantes de crimes.

Para piorar, no Brasil, poucos são os inquéritos concluídos com a identificação do criminoso (8 em cada 100). Logo, há muitos criminosos soltos.

Em “Crime e Castigo”, obra monumental de Dostoiévski, o protagonista, Raskonnikov, mata duas pessoas, e por se achar um “homem extraordinário” via-os como crimes justificáveis. Todavia, foi consumido pela culpa, levando-o à insanidade.

Na atualidade, ao que parece, pela ficha corrida de muitos, não se fazem mais criminosos como Raskonnikov, com consciência. Assim, se continuarmos com essa leniência legislativa, acredito que o crime só crescerá, como demonstra o Uruguai.

Que se melhore a educação, porque só quantidade não resolve, e que se diminuam os índices de pobreza, mas vamos prender quem merece ser preso. Insegurança gera perda de investimentos, que, por sua vez, gera desemprego e pobreza.

.....
Juíza de Direito
E-mail: sonia.amaral@globocom



Divulgação

Raimundo Jovita de Arruda Bonfim, que foi liberado pela Justiça

Juiz manda soltar ex-prefeito de Esperantinópolis

Ex-gestor havia sido preso com seu ex-secretário
e um empresário, acusados de desvio de verbas

O Poder Judiciário revogou a prisão do ex-prefeito de Esperantinópolis Raimundo Jovita de Arruda Bonfim, o Doutor Raimundinho. Ele, em companhia do ex-secretário de Administração Márcio Alencar Silveira e o sócio da empresa A.R. Locadora de Máquinas e Veículos, Rodrigo Túlio Freitas Viana, o Rodrigo Rico ou Rodrigo Ostentação, foram presos durante a operação Cidade Limpa, no último dia 29, desenvolvida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público (MP) e da Polícia Civil. Eles são acusados do desvio de verba pública, com prejuízo de mais de R\$ 8 milhões ao município.

A defesa do ex-gestor de Esperantinópolis impetrou um pedido de revogação da prisão do seu cliente e o juiz dessa cidade, Bernardo Luís de Melo, acabou deferido. Ainda ontem o alvará de soltura foi encaminhado para a Central de Inquérito. Raimundo Jovita estava preso na Unidade Prisional de Imperatriz.

Desvio

A assessoria de comunicação do MP informou que essa fraude vinha ocorrendo desde o início do ano de 2015. A cúpula da administração de Esperantinópolis na época, coordenada por Doutor Raimundinho, realizou uma licitação seguindo o modelo de pregão presencial, com a

empresa vencedora tendo que fazer o serviço de limpeza do município.

A A.R. Locadora de Máquinas e Veículos, que em 2015 tinha como sócios Rodrigo Túlio e Samuel Karlos Araújo Nobre, foi a empresa vencedora e o serviço seria prestado por R\$ 1.230.000,00. O MP constatou indícios de fraudes no processo licitatório. Um deles foi referente à ausência de publicidade, como também foram constatados que os documentos juntados aos autos da licitação não obedecem a uma ordem cronológica.

O MP atestou, ainda, que a empresa não tinha capacidade técnica para executar os serviços para os quais foi contratada. Além disso, o MP constatou que a A. R. Locadora de Máquinas e Veículos, na mesma administração do Doutor Raimundinho, firmou outros contratos com Esperantinópolis no valor de R\$ 6.243.000,00, mas os serviços não foram executados. Evidenciou que a empresa era somente de fachada e destinada a intermediar o desvio de verbas públicas. ●

NA WEB

Bandidos roubam carro no Anil com uma criança

oestadoma.com/467712

Vaqueiro é preso pelo assassinato de vereador

Fato ocorreu em abril, em Santa Luzia do Paruá, quando a vítima saía de sua fazenda; nesta sexta-feira, o principal suspeito foi preso por decisão judicial

Divulgação

O vaqueiro Egídio Silva Pires, o *Nó Cego*, foi preso nesta sexta-feira em cumprimento de uma ordem judicial em uma fazenda, na zona rural de Santa Luzia do Paruá. Segundo a polícia, ele é acusado de ser o executor do vereador da cidade de Maranhãozinho, João Pereira Serra (PSD), o Jango, de 46 anos, fato ocorrido no dia 23 de abril deste ano em uma área de matagal, em Santa Luzia do Paruá.

O caso está sendo investigado pela Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP), coordenado pelo delegado Jeffrey Furtado. O detido foi levado para a delegacia da cidade onde prestou esclarecimentos sobre o caso e, em seguida, encaminhado para a unidade prisional.

As diligências na localidade continuam, visando prender outra pessoa que, segundo a polícia, estava com o executor no dia do crime. O mandante também está sendo procurado, já que a polícia trabalha como crime de encomenda.

Há informações de que o executor do vereador trabalha em uma fazenda, na região, e teria recebido a ordem e uma quantia em dinheiro para matar o parlamentar de um fazendeiro do mesmo



João Pereira Serra, o Jango, que foi vítima de crime de pistolagem

município, que não teve o seu nome revelado.

Assassinato

O crime ocorreu por volta das 6h da manhã do dia 23 de abril, na zona rural de Santa Luzia do Paruá. O vereador estava em um veículo preto em companhia de um homem quando foi abordado pelos criminosos.

Jango levou vários tiros de escopeta e de um revólver calibre 38. Ele morreu no local. O corpo foi removido para o hospital da cidade para a autópsia. A pessoa, que estava com o parlamentar também foi baleado e levada para o hospital onde passou por tratamento cirúrgico, mas não corre mais risco de morte. Os acusados fugiram em direção a uma área de matagal. ●

NOSSA VISÃO

Chega de promessas

Disputas internas de facções, superlotação e falta de vagas, infraestrutura defasada e sucateada, ausência de investimentos, aumento do encarceramento, baixo efetivo de agentes, que ainda são carentes do preparo ideal e de salários adequados. Esses fatores, somados aos problemas sociais que rondam o sistema penitenciário Brasil afora, fazem das prisões verdadeiros barris de pólvora prestes a explodir. Nesta semana, aconteceu mais uma vez: 55 mortes em Manaus, no Amazonas, por causa de racha entre líderes de uma organização criminosa. A onda sangrenta novamente assustou os brasileiros e sacudiu as autoridades de segurança pública.

A tragédia é anunciada faz tempo. Em 2017, foram mais de 130 vítimas em episódios registrados em oito estados da Federação. Em 2016, outro embate entre facções deixou 26 detentos mortos na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, em Natal (RN). Em novembro de 2010, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís (MA), 18 custodiados foram executados. Em 2004, após uma rebelião, 30 presidiários e um carcereiro morreram na Casa de Custódia de Benfica, no Rio. Em janeiro de 2002, o cenário de horror foi o presídio Doutor José

Mário Alves da Silva, em Porto Velho (RO), quando 27 perderam a vida atrás dos muros. O estado de São Paulo teve que contar, em 2001, 16 mortos e dezenas de feridos numa megarrebelião prisional. Em 2000, o Distrito Federal ficou perplexo diante dos 11 mortos no Complexo Penitenciário da Papuda. E quem consegue se esquecer dos 111 homens assassinados na Casa de Detenção de São Paulo, conhecida como Carandiru, em 1992? O massacre inspirou livros, filmes e músicas. E impulsionou as discussões sobre o encarceramento em massa no país.

Criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de fazer um mapeamento da população carcerária, o Banco Nacional de Monitoramento de Presos (BNMP) apresentou, em agosto de 2018, dados mostrando 602.217 presos, dos quais 95% eram homens e 5%, mulheres. Desses, cerca de 40% eram provisórios e 27% respondiam por roubo. Mas o que fazer para oferecer condições dignas para tanta gente privada de liberdade? Especialistas e juristas apontam um pacote de soluções: diminuir os presos provisórios, aplicar penas alternativas, oferecer opções de trabalho e estudo dentro das grades, estru-

turar os locais que abrigam os detidos, separar os presos por periculosidade, implantar ações de ressocialização, privatizar os presídios. A lista é complexa e também envolve solucionar questões como a melhoria da educação básica e o desmantelamento do crime organizado.

A deterioração do sistema prisional é fato e suas consequências estão escancaradas nas constantes carnificinas e na reincidência no crime. Quem fica atrás das celas corre riscos, e muitos, ao fim de suas penas, saem delas e voltam ao erro, já que o processo de recuperação tem falhado no Brasil. A Justiça precisa tanto garantir a integridade dos presos quanto proteger a sociedade. O poder público, em todas suas esferas, deve assumir o debate. A sociedade tem que reconhecer sua responsabilidade e entrar na discussão. A situação é crítica e não cabem mais promessas. A abordagem deve sair da esfera dos “culpados” e partir para uma busca de iniciativas objetivas. Não há mais espaço para promessas que nunca são cumpridas. A colaboração de todos para a implementação de políticas prisionais e penitenciárias efetivas é a saída para exterminar a ineficiência do sistema.

Fora da Pauta

Willian Marinho
williamarinho@hotmail.com

Inocente

O cantor Francisco Neves foi acusado de estupro, cárcere privado e de espancador de mulher, porém tudo foi esclarecido no dia 29/05/2019. Ele é INOCENTE; julgaram sem provas material e científica e foi condenado pelas redes sociais sem justo juízo, o sentenciaram sem ouvir e sem lhe dá o direito de defesa, porém A JUSTIÇA o INOCENTOU. Agora tudo está PROVADO, É INOCENTE, com laudos médico periciais, científicos e testemunhais, que nunca houve estupro, que não é sequestrador e que nunca bateu em uma mulher.

Marwelblog



Parabéns para o magistrado Adolfo Pires da Fonseca Neto, juiz de Direito e Diretor do Fórum de Imperatriz, que mais uma vez ao lado de companheiros magistrados estará realizando os casamentos comunitários no dia 13 de junho de 2019, uma quinta-feira, às 17 horas, no quartel do 50º BIS. Na foto o conceituado juiz prestigia Moreira do Marwel, quando o pioneiro em Escolinhas de Futebol e Embaixador dos Jogos Escolares de Imperatriz, onde foi homenageado.

Maio Amarelo Diretoria de RH promove ação educativa sobre segurança no trânsito

A Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça promoveu, nesta semana, ação educativa em alusão ao movimento “Maio Amarelo”. A iniciativa ocorreu em parceria com Coordenação de Educação para o Trânsito do Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

De acordo com o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, a educação no trânsito é importante e a sociedade precisa receber um trabalho de conscientização diante das estatísticas de vidas perdidas em acidentes no Maranhão e no Brasil.

Segundo a diretora de RH do TJMA, Mariana Clementino, o objetivo foi conscientizar os servidores sobre a segurança e mobilidade no trânsito, chamando a atenção, principalmente, para o tema deste ano “No trânsito, o sentido é a vida”.

“A campanha é relevante, sobretudo, por sedimentar o respeito à vida. Muitas vezes,

negligenciamos o risco e descumprimos as regras de trânsito pelo simples fato de acharmos que nada vai acontecer. Na verdade, vidas são perdidas diariamente por esse tipo de pensamento. É fundamental reforçarmos a nossa segurança e a de outras pessoas também”, frisou a diretora.

Durante a programação, no Centro Administrativo, o educador de trânsito, Jimison Cesar, visitou todas as unidades do prédio, acompanhado de equipe da Diretoria de Recursos Humanos. O educador, integrante do grupo Transiart, ao encenar o personagem “motoqueiro responsável”, enfatizou a importância e a responsabilidade dos pais como exemplo de condutores conscientes e responsáveis para a futura geração.

Na ocasião, também foi distribuído material informativo do Detran, com dicas de segurança, com a assinatura “Me ouça”, onde crianças fazem pedidos aos pais e parentes para maior atenção no trânsito.

COOPERAÇÃO

O TJMA possui Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 2018, pelo presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, e a diretora-geral do Detran, Larissa Abdalla, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas referentes ao trânsito, relacionadas à programação do movimento “Maio Amarelo”.

MAIO AMARELO

Maio Amarelo é um movimento internacional de conscientização para a redução dos acidentes de trânsito, que surgiu com a proposta de chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo.

Reunião da Justiça debate temas relevantes para o Judiciário e a sociedade

A 1ª Reunião Preparatória para XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário terminou com a avaliação preliminar dos segmentos de Justiça sobre temas propostos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para aperfeiçoar o trabalho do Poder Judiciário, nos próximos anos. Foram encaminhados três grandes temas: desenvolvimento de ações no Poder Judiciário contidas na chamada Agenda 2030, com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecimento de prioridade em ações ligadas à Infância e Juventude e andamento aos processos que envolverem grandes obras paradas no país. As sugestões foram propostas durante o evento, ocorrido na quarta-feira (29), no auditório do Conselho Federal de Justiça (CFJ). Também foram apresentados os resultados e o relatório das Metas Nacionais 2018.

A Política das Metas Nacionais completou 10 anos. Desde a sua criação, os tribunais traçam anualmente objetivos a serem alcançados e superados. No XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário também serão aprovadas

as Metas Nacionais 2020. Na cerimônia de abertura do evento, o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, reforçou a importância de que os magistrados concebam políticas judiciárias transparentes, desburocratizadas, assim como eficientes e responsáveis.

Após as reuniões setoriais, desenvolvidas por segmento de Justiça, os representantes dos grupos expuseram suas análises sobre os três temas apresentados pelo CNJ e devolveram sugestões de ações.

A Justiça Eleitoral também revelou estar disposta a internalizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas o tema ainda será debatido internamente. A Justiça Militar dos estados, representada pelo magistrado Clóvis Santinon (TJMSP), sugeriu celeridade no julgamento de casos de corrupção como tema prioritário.

O evento reuniu presidentes dos tribunais, integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, responsáveis pela área de Gestão Estratégica e servidores da área de estatística.

Moradores da Vila Maranhão fazem protesto contra reintegração de posse

Ferrovia Transnordestina Logística ganhou na Justiça direito à derrubada de duas casas que estão rente aos trilhos da empresa

GILSON FERREIRA

LUCIENE VIEIRA

Moradores da Vila Maranhão estão prestes a ter que deixar suas residências. O terreno de 15 metros de cada lado do trilho por onde passam trens cargueiros, onde estão localizadas as casas, seria da Ferrovia Transnordestina Logística, que ganhou na Justiça o direito de reintegração de posse. Na quinta-feira (30), policiais federais estiveram na área para a derrubada de dois imóveis, os de número 6 e 8; mas foram impedidos devido à falta de documentação. Ontem (31), a comunidade fez um protesto para reivindicar a presença de alguém da Transnordestina, a fim de que a situação seja negociada. Os manifestantes disseram que, às 4h30, tentaram bloquear a BR-135, mas foram impedidos por policiais militares. Às 7h, na Vila Maranhão, eles amontoaram em diversos pontos do trilho pedaços de madeira e pneus e atearam fogo. Os bombeiros foram acionados para apagar as chamas. De acordo com Patrícia Sousa da Silva, que é proprietária de uma das casas que correm o risco de, a qualquer momento, serem derrubadas, durante toda a manhã de ontem a comunidade esperou que alguém da Transnordestina comparecesse ao local do protesto. “Ninguém veio ao nosso encontro. Estamos aflitos, ateamos fogo no trilho como forma de chamar a atenção da empresa e autoridades



Um grupo de moradores da Vila Maranhão protestou contra intenção da Transnordestina de derrubar casas da comunidade

públicas em prol da nossa causa. Não tenho para onde ir, caso minha residência seja demolida”, declarou Patrícia.

DERRUBADA IMPEDIDA

Os imóveis ficam na Rua Três Irmãos; nessa mesma via há o total de 60 casas, e todas estão inseridas em processos individuais de reintegração de posse. Na quinta-feira, a Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, seccional Maranhão,

impediu que a liminar do juiz Valterson da Lima fosse cumprida, devido aos policiais federais, que estiveram na Vila Maranhão, não terem apresentado um estudo técnico, que garantisse que a residência 7, localizada entre as 6 e 8, não fosse prejudicada durante a demolição desses dois imóveis. E mesmo que tivesse sido apresentado o estudo técnico, comprovando que a casa 7 não seria atingida, segundo os

advogados da comunidade, as demolições somente podem ser feitas com aparatos de engenharia que assegurassem o que possivelmente estivesse no documento.

Durante os últimos seis anos, a ação movida pela Transnordestina chegou à segunda instância, apreciada pelo Tribunal Regional Federal, mas voltou para a primeira instância, caindo na mesa do juiz federal Valterson da Lima.

Informe JP

Miudinhas

- O deputado Adriano Sarney protocolou, quinta-feira (30), na Assembleia, requerimento solicitando tramitação, em regime de urgência, para discussão e votação do projeto de autoria do TJMA que reajusta os vencimentos dos servidores do Judiciário em 2,94%.
- O requerimento deverá ser lido durante sessão plenária, pela Mesa Diretora, na segunda (3), e votado pela Casa na terça (4), caso haja quórum para deliberação.
- O Projeto, que altera a tabela de vencimentos dos servidores ativos e comissionados, aposentados e pensionistas do TJMA em 2,94%, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2019, foi aprovado pelo TJMA 19 de dezembro de 2018, e está tramitando na Assembleia desde fevereiro de 2019.

levam ao indiciamento de suspeitos

Caso Joel Bastiaens

Advogado diz que há elementos no inquérito policial que levam ao indiciamento de suspeitos

O holandês e sua namorada foram assassinados, no bairro do Araçagi, em fevereiro de 2010

NELSON MELO

Em fevereiro deste ano, completaram nove anos do duplo assassinato que vitimou o holandês Joel Bastiaens, de 24 anos; e sua namorada Sandra Maria Dourado de Souza, que ocorreu no bairro do Araçagi, em São José de Ribamar, em fevereiro de 2010. Até hoje, as investigações não foram concluídas. O advogado da família do estrangeiro, Carlos Nicodemos, disse que há elementos no inquérito policial que levariam ao indiciamento dos envolvidos. Ontem (31), houve uma reunião de representantes das duas famílias com o governo do Maranhão. Em entrevista concedida à imprensa, no Hotel Bristol, no Renascença, em São Luís, na tarde dessa sexta-feira, Nicodemos comunicou que, em novembro de 2018, a família do holandês, que era corretor de imóvel, assim como Sandra, representou contra o Estado Brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA). Isso foi realizado porque “a legislação interna se esgotou em todas as instâncias possível para concluir o inquérito policial”. “O inquérito não tem norte, não tem conclusão”, expressou o advogado, que é integrante do Conselho Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e

presidente da Comissão de Direito Internacional e da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ. Nicodemos prosseguiu dizendo que “há elementos suficientes na investigação que dão o passo inicial para que pessoas sejam indiciadas”, mas, estranhamente, ninguém foi levado à Justiça.

Segundo o advogado, as duas famílias estão “esgotadas psicologicamente e socialmente e em situação de vulnerabilidade diante da demora na conclusão da investigação”. Carlos Nicodemos declarou que o Estado Brasileiro violou o Artigo 25 da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, pois não foi respeitado o direito à proteção judicial. Ou seja, há risco de dano irreparável aos parentes das vítimas, e, por este motivo, foi pedida a reparação de danos às famílias dentro do cronograma de ações e medidas junto à OEA.

DESABAFO DA FAMÍLIA DE SANDRA

Ao **Jornal Pequeno**, foi dito por Ana Cláudia Dourado, irmã de Sandra Dourado, que a vítima e o ex-marido dela, Sérgio Damiani, estavam em uma briga na Justiça por conta de um terreno. Ambos moraram juntos durante dez anos, em uma casa no Araçagi, sendo que tiveram dois filhos. Mas, como o relacionamento era conturbado, devido às agressões e ameaças de Damiani, os dois se separaram.

Ela disse que, nesse intervalo de nove anos decorrentes do assassinato de Sandra, os pais ficaram doentes devido ao abalo psicológico da perda e também pela demora da investigação, e faleceram. “Eles tinham um sonho de ver os autores desse crime covarde serem indiciados e presos, mas, infelizmente, não poderão ver”, desabafou Ana Cláudia, que estava muito emocionada.

DESABAFO DOS PAIS DO HOLANDÊS

À imprensa maranhense, Louise Hamel e Frans Bastiaen, pais de Joel, emitiram um comunicado, que foi traduzido para o português, no qual afirmam que encaminharam a denúncia à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos porque “o nosso filho merece que esgotemos todas as possibilidades para fazermos justiça”. Segundo eles, os responsáveis pelo duplo assassinato não podem ficar impunes. A prisão deles será um alívio para a família, embora a dor e a saudade não amenizem, conforme ambos. “Esperamos que a reunião com os representantes do governo estadual implique na conclusão do inquérito policial, para que se entra numa próxima fase de um processo criminal, para, assim, responsabilizar os assassinos”, disseram Louise e Frans. E

continuam: “Não é fácil continuar vivendo quando seu filho é assassinado e nada acontece. Estivemos no Brasil há cinco anos, só que as promessas na época feitas até agora não resultaram em nada”, finalizaram os pais do holandês.

PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIO

Como o caso ganhou repercussão internacional, um documentário foi produzido sobre o caso, tendo sido veiculado em países como Holanda e Inglaterra. No filme, os pais do holandês são entrevistados pelo repórter estrangeiro. Louise Hamel e o marido são levados pelo delegado Jeffrey Furtado, então titular da Delegacia de Homicídios, até o imóvel, no Araçagi, onde o casal foi executado a tiros. Em outro trecho do documentário, os pais do holandês são recebidos pelo delegado Carlos Damasceno, então, da Polícia Interestadual (Polinter), que explicou a ambos a dinâmica do crime.

ENTENDA O CASO

O duplo assassinato ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2010,

na Rua 20, Alto do Jaguarema, bairro Araçagi, em São José de Ribamar. Os dois corretores, na data do crime, estavam em uma residência da região para esperar um cliente interessado em comprar o imóvel. Joel Bastiaens e Sandra Maria teriam sido vítimas de uma “casinha”, ou seja, foram atraídos ao local, onde já estava montado o cenário para as mortes. O inquérito policial instaurado no 7º Distrito Policial (DP), Turu, apurou que o ex-marido de Sandra seria o mandante do crime, sendo identificado como Sérgio Damiani. Empresário, ele teria agredido e ameaçado a vítima em diversas ocasiões quando ambos ainda eram casados, sendo que ela registrou Boletim de Ocorrência (BO) contra ele. Devido aos constantes conflitos entre ambos, o casal se separou. Sandra ainda moveu uma ação judicial contra Sérgio devido à venda de um terreno avaliado em R\$ 2,7 milhões, que teria ficado de fora da partilha de bens na época do divórcio. Como resultado desse

processo, que tramitou na 1ª Vara da Família de São Luís, Dourado ganhou a causa, sendo que Damiani foi condenado a pagar, de forma parcelada, o valor de R\$ 1 milhão. Destaca-se, nesse ponto, que a primeira parcela deveria ser efetivada no dia 9 de março de 2010, ou seja, nove dias antes do duplo assassinato. Uma briga pela guarda dos filhos de Sandra com o ex-marido também seria uma motivação para os homicídios. Convém lembrar que Joel chegou ao Brasil em 2015, para um estágio como corretor de imóveis, sendo que ele e Sandra estavam morando junto seis meses antes do crime. Antes, namoraram durante quatro anos. Em virtude da demora na elucidação do crime e indiciamento dos envolvidos, os pais do holandês vieram ao Maranhão, para cobrar as autoridades policiais acerca do inquérito. Nesse intervalo, a família de Joel denunciou a impunidade desse duplo assassinato na imprensa brasileira e estrangeira.

FOTOS: GILSON FERREIRA E DIVULGAÇÃO



O advogado Carlos Nicodemos afirmou que o inquérito policial possui elementos suficientes para o indiciamento dos envolvidos na morte de Sandra e Joel



As irmãs de Sandra Dourado relataram o sofrimento da família da corretora de imóveis, principalmente dos pais, que morreram sonhando em ver a condenação dos culpados pelo crime